

Lira defende capitalização

Brasília — O ex-presidente do Banco Central, Paulo Lira, defendeu uma nova estratégia para o tratamento da dívida externa. Ela implicaria a capitalização dos juros, por cinco anos, durante os quais se formaria um fundo para quitar as amortizações e reduzir a dívida real, a partir do sexto ano (*sinking fund*). Além disso, a estratégia seria compatível com um crescimento da economia entre 7% e 8%, "fugindo do cenário mediocre de 4% a 5%", e com um combate gradativo da inflação.

Sua tese foi exposta a uma platéia de técnicos do Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA), com o aval do secretário especial para assuntos econômicos do Ministério do Planejamento, Paulo Nogueira Batista Jr. Ao apresentar Lira, Nogueira comentou: "Estou essencialmente de acordo com o diagnóstico do Dr. Paulo Lira e estou certo de que o principal problema brasileiro, hoje, é a transferência prematura de recursos ao exterior, via serviço da dívida."

"Pagabilidade"

A estratégia de Paulo Lira passa pelo conceito que ele utiliza de "pagabilidade" da dívida. No seu entender, essa

questão, até agora, tendeu a dividir-se em dois pólos: de um lado, a posição, que ele considera "primária", da moratória, simplesmente; de outro, a posição oficial dos últimos 21 anos, de considerar os débitos externos do país impagáveis. Paulo Lira acredita que a dívida pode ser paga e demonstrou sua fórmula.

O primeiro passo seria capitalizar os juros por cinco anos, oferecendo aos credores, como contrapartida, a certeza e o compromisso de liquidar a dívida dentro de, por hipótese, 20 anos. Nos cinco anos de capitalização dos juros, o país depositaria, nos bancos credores, cerca da metade de seu saldo comercial (6 bilhões de dólares anuais). Esses depósitos renderiam juros e dividendos — este é o chamado *sinking fund*.

No sexto ano, o fundo estaria em cerca de 40 bilhões de dólares, na avaliação do economista. Esses recursos seriam suficientes para liquidar o serviço da dívida e abater parcela da dívida real. Por outro lado, restaria para promover o crescimento acelerado (7% a 8% ao ano) da economia interna a outra metade do saldo comercial — novos 6 bilhões de dólares, por ano.